SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal pleno

N.º 23:739. — Relator o Ex.º Juiz Conselheiro E. Santos.

Autos de recurso crime vindos da Relação de Lisboa. Recorrente, Joaquim Justino Lory. Recorrido, Ministério Público.

Acordam os do Conselho no Supremo Tribunal de Justiça:

Joaquim Justino Lory, de sessenta e três anos de idade, natural do Funchal, divorciado e comerciante nesta cidade, foi acusado pelo Ministério Público, perante o 1.º juízo criminal, de ter estuprado a sua filha, menor de catorze anos, Regina Lory, seduzindo-a com falsas carícias, conselhos enganadores e insinuações malévolas, continuando a ter com ela relações sexuais, incorrendo assim na pena do n.º 4.º do artigo 55.º do Código Penal, atento o disposto no n.º 1.º do artigo 378.º, referido ao artigo 392.º do mesmo Código.

Em 1.ª instância foi absolvido; a Relação de Lisboa porém condenou-o em quatro anos de prisão maior celular, seguida de degrêdo por oito anos, ou, em alternativa, na pena fixa de quinze anos de degrêdo em posseção de 1.ª classe, sem prisão no lugar do degrêdo, atenta a prisão preventiva por dois anos, em 5.000\$ de imposto de justiça na 1.ª instância, 2.500\$ na 2.ª e em 200.000\$ de indemnização à ofendida, como se vê do acórdão de fl. . . ., confirmado pelo dêste Supremo Tribunal a fl. . . ., com mais 2.000\$ de imposto de justiça.

Recorre agora o réu para tribunal pleno, com fundamento em contradição dêsse acórdão com os de 21 de Junho, de 22 de Novembro e 4 de Outubro de 1932, os dois primeiros respectivamente na Col. Of., ano 31, pp. 169 e 282, e o terceiro por certidão a fl. . . .

Há de facto a invocada contradição, visto que o acórdão recorrido, de fl. . . ., diz que as Relações, à sombra do artigo 665.º do Código do Processo Penal, podem alterar a matéria de facto verificada pelos tribunais colectivos, e os três acórdãos em opposição entendem que sem a defesa escrita dos réus em audiência ou sem

documentação superveniente, ou mesmo existente no processo, que destrua formalmente as decisões dos tribunais colectivos não podem as Relações modificá-las.

É esta a verdadeira doutrina; é esta a interpretação lógica do citado artigo 665.º do Código do Processo Penal.

Absurdo e deshumano seria julgar um réu sem ouvir a sua defesa, postergando os mais elementares princípios de direito de que ninguém pode ser condenado sem ser ouvido.

Anulando por isso o acórdão recorrido e mantendo a decisão de 1.ª instância, proferem o seguinte assento:

O artigo 665.º do Código do Processo Penal, modificado pelo decreto n.º 20:147, de 1 de Agosto de 1931, relativamente à competência das Relações em matéria de facto, tem de entender-se no sentido de as mesmas Relações só poderem alterar as decisões dos tribunais colectivos de 1.ª instância em face de elementos do processo que não pudessem ser contrariados pela prova apreciada no julgamento e que haja determinado as respostas aos quesitos.

Lisboa, 29 de Junho de 1934. — *E. Santos* — *Arez* — *Alexandre de Aragão* — *Amaral Pereira* — *J. Cipriano* — *Silva Monteiro* — *Alfeu Cruz* — *B. Veiga* — *Ponces de Carvalho* — *J. Soares* (vencido; votei se negasse provimento ao recurso porque entendo que a Relação podia alterar a decisão da 1.ª instância, em vista da faculdade que lhe é conferida na parte final do artigo 665.º do Código do Processo Penal, alterado pelo decreto n.º 20:147, de 1 de Agosto de 1931) — *Albuquerque Barata* (*Visconde de Olivã*) (vencido; votei do mesmo modo e pelas mesmas razões) — *Crispiniano* (vencido pelo mesmo fundamento do voto anterior) — *Mendes Arnaut* (vencido pelos mesmos fundamentos e outras razões de direito, entre as quais a de que o Supremo Tribunal, limitado a interpretar e fazer aplicar a lei aos casos *sub judice*, mesmo nos recursos julgados em Pleno, não pode alterar ou restringir os termos claros da mesma lei, que, nos julgamentos pela Relação, manda atender tanto aos documentos e respostas aos quesitos — que têm de obedecer ao preceito contido no artigo 468.º do Código do Processo Penal — como a quaisquer outros elementos constantes dos autos) — *Pires Soares* (vencido pelos fundamentos já expostos nos anteriores votos dos vencidos).